

## A IMPRENSA OFICIAL SERGIPANA E O PROCESSO ELEITORAL DE 1896

Bruna Morrana dos Santos\*

**Resumo:** A imprensa como força social ativa é uma importante fonte documental para a escrita da História. Partindo do pressuposto de que os jornais são fontes inesgotáveis para o estudo da História do Brasil, objetiva-se através do presente artigo fazer uma análise das eleições estaduais de 1896 a partir do conteúdo divulgado pelo Diário Oficial do Estado. Além de conter publicações sobre os atos oficiais do governo, a leitura deste jornal também contribui para o entendimento de outros aspectos da sociedade sergipana, neste caso, a política. Dessa maneira, podemos enxergar de que maneira o Diário Oficial do Estado de Sergipe influenciou a opinião pública da sociedade sergipana em favor do Estado oligárquico, que nesse período estava em vias de consolidação.

**Palavras-chave:** Brasil República; Imprensa Oficial; História política.

## THE OFFICIAL PRESS IN SERGIPE AND THE ELECTORAL PROCESS IN 1896

**Abstract:** The Press as an active social force is a valuable source of documentation for the writing of History. Starting from the assumption that newspapers are inexhaustive sources for the study of Brazilian History, this paper aims at analyzing the state elections in 1896 through the content of the Federal Official Gazette of Brazil. Besides having publications on the official acts of the government, the Gazette contributes to the understanding of other aspects of Sergipe society, particularly the political ones. Thus, it is visible the way the Federal

---

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe – UFS, sob a orientação do Prof. Dr. Augusto da Silva. Professora de História do Ensino Fundamental e Médio na Rede Pública Estadual de Sergipe - SEED/SE. E-mail: bmorrana@gmail.com.

Official Gazette of Brazil influenced public opinion within the Sergipe society favoring the Oligarchical State, which was in the process of consolidation during this period.

**Keywords:** Brazil Republic; Official Press; Political history.

Nas décadas finais do Império, grandes transformações impulsionadas pela correlação das forças sociais do país e pela ampliação das discussões em torno da questão republicana e da causa abolicionista, defendida principalmente pela elite cultural do país como jornalistas, intelectuais e escritores, marcaram o cenário político e social brasileiro daquela época. Dessa maneira, todos aqueles que manifestavam sua inconformidade com a monarquia, seja através de almanaques, clubes, jornais, livros, folhetins ou revistas, ansiavam por reformas que o país realmente necessitava: a federativa, a do trabalho e a do regime. A partir da assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, a luta pela República se tornaria mais feroz e a imprensa enquanto ator político importantíssimo, estaria ali para assumir uma postura combativa ou defensiva diante desse contexto que antecedeu o novo regime.

Nesse contexto, os jornais de pequeno ou grande porte eram os veículos de oposição que propalavam críticas implacáveis. De maneira geral, o conteúdo dos títulos era caracterizado por notícias que não se enquadravam apenas no âmbito político, mas também no noticioso e literário. Devido ao efervescente debate político, era corriqueiro perceber que os jornais pertencentes aos grupos políticos trocavam insultos e acusações pessoais. Predominavam nos jornais artigos políticos ao invés de entrevistas e folhetins, ao mesmo tempo em que a doutrinação dominava a informação. Assim, o principal assunto que se fazia presente nas páginas dos periódicos era a acirrada disputa entre conservadores e liberais. Com a instalação da ordem republicana, ocorrida em consequência da articulação militar que resultou no golpe de 15 de novembro de 1889<sup>1</sup>, a linguagem jornalística não sofreu alterações,

---

<sup>1</sup>A Proclamação da República em 15 de Novembro de 1889, é um dos acontecimentos mais discutidos pela historiografia. Ao fazer um levantamento bibliográfico a respeito do tema, percebeu-se que alguns historiadores utilizam-se da expressão “golpe” para analisar a derrubada do Império brasileiro e a proclamação da República. O que chama atenção nessas produções, é que a maioria delas tenta desconstruir a hipótese de que a República foi exclusivamente obra dos militares e buscam ainda, mostrar que a participação dos civis também foi fundamental para o advento do novo regime. Ver: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o*

pois “os grandes jornais continuaram os mesmos, com mais prestígio e forma os republicanos, com mais combatividade os monarquistas.”<sup>2</sup> Além disso, é importante ressaltar que nesse período, verificou-se a emergência de uma imprensa “que se pretendia missionária na pregação do Brasil Civiliza-se!”<sup>3</sup>

A partir do ano de 1895, verificou-se uma mudança no cenário do jornalismo impresso. Segundo Nelson Werneck Sodré, durante essa fase de infância das relações capitalistas, “os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função.”<sup>4</sup> Dessa forma, o jornal que não adotasse os equipamentos e práticas modernas como rotativas, telégrafo, trabalho assalariado, divisão de tarefas e que, além disso, não se adaptasse à forma capitalista, seria excluído e estaria condenado até ao desaparecimento.

Assim, surgiu a necessidade de se criar uma imprensa que assumisse um caráter oficial frente às ações do governo sobre o Estado, uma imprensa de caráter moderno e que se preocupasse com a divulgação do progresso moral e material de Sergipe. A Imprensa Oficial em Sergipe foi criada e sancionada durante o governo do Presidente de Estado Manoel Presciliano de Oliveira Valadão, através de uma autorização concedida pela Lei nº 104 de 05 de dezembro de 1894. Vale lembrar que na condição de Comandante do Corpo Policial da Corte, o Major Manoel Valadão também apoiou o golpe de 15 de Novembro contra a monarquia.

É indiscutível que a leitura cotidiana das páginas do Diário Oficial do Estado de Sergipe não apenas nos proporciona a obtenção de informações sobre os atos oficiais do

---

imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007; CARONE, Edgar. *A República Velha II – Evolução Política (1889-1930)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977; CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995; FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano, Vol. 1: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; SKIDMORE, Thomas E. *Uma História do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998; PENNA, Lincoln de Abreu. *República Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

<sup>2</sup>SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011, p. 371.

<sup>3</sup>MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de. (Organizadoras). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 11.

<sup>4</sup>SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil... op. cit.*, p. 405.

Governo, mas nos permite conhecer fatos marcantes da História social, política e econômica de Sergipe. Durante os seus 118 anos de circulação, acontecimentos de certa relevância a nível nacional ou local foram registrados e marcaram a trajetória desse órgão oficial do Poder Executivo. Por exemplo, a atuação do governo na repressão à Revolução Federalista de 1894 ocorrida no Rio Grande do Sul foi heroicamente destacada pela Imprensa Oficial. O presidente do Estado, o coronel Valadão, era muito conhecido no meio político por ser amigo e aliado do marechal Floriano Peixoto. Talvez por isso o Diário Oficial publicou quase que diariamente notícias vindas da região sul do país.

No entanto, durante o contato com as fontes impressas, o historiador precisa ter muita cautela ao afirmar que esses documentos são fontes absolutas de verdade, já que nesse caso, o jornalismo pode se tornar um instrumento de manipulação de interesses e construção de discursos. Sendo a imprensa uma representação do mundo social, partilhamos da ideia do historiador francês Roger Chartier quando ele afirma que tais representações “embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza”.<sup>5</sup>

Depois de um ano, também foi sancionado por esse Presidente de Estado o decreto nº 141 de 24 de agosto de 1895, que regulamentava os fins da Imprensa Oficial em Sergipe como, por exemplo, a publicação do Diário Oficial, que entrou em circulação pela primeira vez através das mãos de Apulcro Mota no dia 1º de setembro de 1895. Ao ler a primeira página, podemos ter ideia do que o Diário Oficial buscava atingir: “Órgão de governo, elle não se limitará, no entanto, a mera publicação dos actos officiaes abalanzando-se também á todos os assumptos que se prendem á vida organica da nação e do mundo civilizado”<sup>6</sup>. Sergipe foi a oitava província a ter um jornal impresso e o nono Estado a colocar em circulação um órgão representante da Imprensa Oficial.

---

<sup>5</sup>CHARTIER, Roger. “Por uma sociologia histórica das práticas culturais”. In: *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel-Bertrand, 1990, p. 17.

<sup>6</sup>Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, nº 01, 1º de Setembro de 1895, p. 01.

\*\*\*

Com o advento da República, algumas mudanças que visavam dar legitimidade ao regime como a obrigatoriedade do casamento civil, a secularização dos cemitérios e a separação da Igreja do Estado, foram implantadas. Logicamente, tais elementos da plataforma republicana estavam inseridos em um contexto de transformações políticas, sociais e econômicas que já eram sentidas antes da Proclamação. A respeito da situação pós-proclamação em Sergipe, o autor Ariosvaldo Figueiredo concluiu que:

Sergipe reingressa no colonialismo dos currais, envolvido por sinistra capineiralização que substitui o homem pelo boi, o livro pela violência, o voto pelo trabuco, Sem terra e trabalho, o povo pobre, analfabeto, doente, persegue o emprego e salário que não tem. A oligarquia rural, já importante é, com a República, dona absoluta de Sergipe.<sup>7</sup>

Na opinião de Maria Thetis Nunes, depois do 15 de Novembro, a proclamação da República apresentava-se como um fato irreversível. Então:

Apoiando o novo regime, as oligarquias se recompõem rapidamente e vão lutar pelo comando político do Estado dentro do partido republicano, surgindo logo as facções segundo os interesses da classe sócio-econômica dominante. Os antigos senhores da economia e da política não vão querer passar o comando do mecanismo administrativo do novo regime implantado aos integrantes do status médio da população, que haviam batalhado e enfrentando riscos para a queda do Império.<sup>8</sup>

Aracaju vivia sem água, sem luz, sem esgoto, inteiramente descalça, tomada pelo lixo e povoada por casebres. Era notável que a capital sergipana em fins do século XIX necessitava de uma série de melhoramentos para que enfim, pudesse alcançar o tão esperado progresso difundido na época. Quase todos os dias, os jornais aracajuanos transmitiam esse anseio por mudanças:

---

<sup>7</sup>FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História Política de Sergipe* (do Golpe de 15-11-1889 ao Golpe de 31-3-1964). 1º Volume, 1986, p. 169.

<sup>8</sup>NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II* (1840-1889). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Aracaju: Banco do Estado de Sergipe, 2006, p. 264.

A capital do Estado, cuja população monta, talvez, a 2500 almas, já não está em condições de ver-se privadas de certos melhoramentos que assignalam o progresso de um povo. Dentre estes melhoramentos destaca-se uma linha de bonds, que facilite o transito publico, pondo em rapida communicação o centro da cidade com os pontos extremos.<sup>9</sup>

Através da análise do conteúdo presente no Diário Oficial do Estado de Sergipe, busca-se identificar as estratégias adotadas pelo grupo político que estava à frente desse periódico para influenciar a opinião pública durante o processo eleitoral de 1896. No processo de feitura deste trabalho, além do Diário Oficial, consultou-se também o jornal *A Notícia*, periódico que começou a circular em Aracaju no ano de 1896. Durante a fase de consolidação do regime, o campo político sergipano definia-se ainda pela disputa entre conservadores e liberais. Mas, de que forma o povo participou da vida política dos anos iniciais da Primeira República?

Diante desse questionamento, é preciso retroceder aos acontecimentos anteriores à Proclamação da República para entender a História do voto no Brasil. A Constituição de 1824, que contemplou a primeira lei eleitoral do Brasil independente, estabelecia que só poderiam votar homens maiores de 25 anos, sendo que a renda mínima anual exigida para votante era de cem mil réis (100\$000) e duzentos mil réis (200\$000) para votar em candidatos a senador e deputado. Em 1846, os valores de renda para eleitor sofreram alterações e na década de 1870, mais especificamente no ano de 1875, foi criado o primeiro título de eleitor, além de ter sido instituída a qualificação definitiva de votantes, em vez do procedimento anual. A Lei Saraiva, publicada em 1881, introduziu a eleição direta e aumentou o valor exigido para participação no processo eleitoral, que passou a ser de duzentos mil réis (200\$000). No entanto, em 1889, ano da Proclamação da República, teve fim o voto censitário e houve a redução da idade mínima para votar, que passou a ser de 21 anos.

Durante o governo de Prudente de Moraes foi promulgada, em 24 de fevereiro de 1891, a primeira Constituição Republicana que trouxe mudanças significativas para o processo eleitoral, pois instituiu o voto direto e universal e “[...] eliminara a exigência de renda para o exercício do voto, mas mantivera a da alfabetização, introduzida em 1881 [...]”

---

<sup>9</sup>Jornal A Notícia, 07 de abril de 1896, p. 01.

<sup>10</sup> Deve-se pontuar que tanto “no Império como na República, foram excluídos os pobres (seja pela renda, seja pela exigência da alfabetização), os mendigos, as mulheres, os menores de idade, as praças de pré, os membros de ordens religiosas”.<sup>11</sup> Num país de dimensões continentais em que grande parcela da população era analfabeta ou semianalfabeta, a educação era um elemento de distinção importante, porém, era um impedimento legal ao voto, visto que apenas 10% da população brasileira estava apta a participar da vida política do país.

Nesse contexto, o historiador José Murilo de Carvalho defendeu a ideia de que o povo das estatísticas demográficas era quase totalmente ausente. É ao longo do período conhecido como República Velha que o coronelismo enquanto sistema político e complexa rede de relações, que vai do coronel até o Presidente da República, influi diretamente no resultado das eleições, pois as fraudes existiam no alistamento de eleitores, na votação e, principalmente, na apuração dos votos.

Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz, o coronelismo pode ser explicado como “uma forma específica de poder político brasileiro, que floresceu durante a Primeira República, e cujas raízes remontam ao Império”<sup>12</sup>. Uma das bases da prática coronelística era o controle do processo eleitoral, já que “nos Estados, as oligarquias afastavam os votantes das urnas, pois não lhes interessava promover a disputa eleitoral. Eleições eram caras, exigiam arregimentação de eleitores e compra de votos. Maior competição significava mais eleitores e, portanto, mais gastos”<sup>13</sup>. Os coronéis, chefes que compunham o mandonismo local brasileiro, eram os principais representantes das oligarquias locais. Uma das principais críticas à tese de Maria Isaura Queiroz, se refere à identificação que a autora faz do coronelismo com o mandonismo, “o que permite que o conceito seja dilatado, perca sua precisão histórica e possa

---

<sup>10</sup>CARVALHO, José Murilo de. Os três povos da República. *Revista USP*, São Paulo, nº 59, setembro/novembro 2003, p. 99.

<sup>11</sup>CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 43.

<sup>12</sup>QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: CARDOSO, Fernando Henrique et al. *O Brasil republicano, tomo III: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.155.

<sup>13</sup>CARVALHO, José Murilo de. *Os três povos da República...*, op. cit., p. 106.

ser aplicado a qualquer conjuntura da história brasileira.”<sup>14</sup> Outra crítica que recai sobre a sua obra, diz respeito à ampliação da caracterização do coronelismo “para incorporar manifestações urbanas, em que podem ser definidos como coronéis, comerciantes, médicos, empresários, muitas vezes desvinculados da propriedade da terra.”<sup>15</sup>

Por outro lado, na obra clássica “*Coronelismo, Enxada e Voto*” publicada pela primeira vez em 1949, Vitor Nunes Leal define o coronelismo como um fenômeno característico do período republicano, mas que possui elementos que foram típicos do período colonial e imperial. Para entender tal fenômeno, Victor Nunes analisa as características da política municipal e enfatiza que o *habitat* do coronelismo “são os municípios rurais, ou predominantemente rurais; sua vitalidade é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, como sejam o comércio e a indústria.”<sup>16</sup> O ponto chave desse sistema político seria o estabelecimento de um compromisso ou troca de proveitos, entre o poder privado decadente e o poder público progressivamente fortalecido. Na sua obra, o mandonismo aparece como uma característica secundária do sistema coronelista, assim como o falseamento do voto, o filhotismo, dentre outras.

Dando ênfase ao caso de Sergipe, será analisado neste artigo o processo eleitoral para governador, vice-governador e juiz de paz do Estado que ocorreu em julho de 1896. Além desses cargos, também houve a eleição de um deputado que ocuparia uma vaga na Assembleia Legislativa. Como resquício do período imperial, ainda havia a tradicional disputa entre os republicanos e os velhos políticos, que posteriormente passaram a se chamar “Pebas” e “Cabaús”<sup>17</sup>, respectivamente. Sendo assim, atuavam ainda no cenário político sergipano alguns chefes oligarcas como: Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, José Luiz Coelho e Campos, Monsenhor Olímpio Campos, líder dos “Cabaús”, Luiz Francisco Freire, João José do Monte e Antônio Dias Coelho e Melo, o Barão da Estância.

---

<sup>14</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; GOMES, Ângela Maria de Castro. Primeira República: um balanço historiográfico. *Revista Estudos Históricos*. pp. 245-280, v. 2, n. 4, 1989, p. 251.

<sup>15</sup> Idem, p. 251.

<sup>16</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, p. 251.

<sup>17</sup> Estas denominações começaram a aparecer em 1894.

A título de esclarecimento, os “Pebas” ou “tatus” eram aqueles que ficavam nas areias de Aracaju e os seus adversários, os “Cabaús”, eram os velhos políticos, muitos deles senhores de engenho. Para o historiador Ibarê Dantas, esse “foi um tempo de adaptações difíceis, quer para o exercício da administração estadual, quer para a população em seu conjunto”<sup>18</sup>. Mesmo com o alvorecer de um novo regime e com uma grande crise financeira, “liberais e conservadores não param, não improvisam. A artificiosa polarização não morre com a República”<sup>19</sup>. Sobre isso, Terezinha Oliva afirmou que “conservadores e liberais aderiram ao regime e ao Partido Republicano, mas na grande maioria dos casos continuaram invocando a velha identidade chamando-se a si próprios de conservadores ou liberais”<sup>20</sup>. E o povo, ainda continuava impotente dentro desse jogo político.

Representante dos interesses republicanos do Estado, o Diário Oficial mostrou em suas páginas, de maneira discreta, que vivenciou essa acirrada luta política. Publicou, por exemplo, um texto de João Menezes no qual este ataca um adversário do grupo de oposição, Monsenhor Olímpio Campos: “O vigário Olympio, em despedida para a capital federal, extravasou contra mim toda sua bÍlis. Está no seu papel e no seu temperamento – a vileza e o insulto”<sup>21</sup>. O pleito eleitoral de 1896 realizou-se no contexto da administração do tenente-coronel Manoel Prisciliano de Oliveira Valadão (1894/1896)<sup>22</sup>, que teve um governo marcado por perseguições políticas, crise econômico-financeira e pelo surto de varíola que dizimou muitas pessoas no Estado. A respeito da postura de Oliveira Valadão enquanto presidente de Estado, Ariosvaldo Figueiredo defendeu que naquele contexto, as violências praticadas por ele “fazem crescer a liderança do padre Olímpio Campos, suficientemente inteligente para colocar-se como anti-valadão, mera promessa de liberdade contra a prepotência militarista”<sup>23</sup>.

---

<sup>18</sup>DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe República* (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 29.

<sup>19</sup>FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História Política de Sergipe...*, op. cit., p. 198.

<sup>20</sup>OLIVA, Terezinha Alves. Estruturas de Poder. In: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (Coord.) *Textos para a História de Sergipe*. 2. ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013, p. 171.

<sup>21</sup>Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, 15 de abril de 1896, p. 07.

<sup>22</sup>**Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão, General** - Filho do tenente José Manuel de Oliveira e D. Maria José de Oliveira Valadão, nasceu em Vila Nova a 4 de janeiro de 1849 e faleceu na Capital Federal a 10 de novembro de 1921. (GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Biobibliográfico Sergipano*. Edição do Estado de Sergipe, 2003, p. 412).

<sup>23</sup>FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História Política de Sergipe...*, op. cit., p. 240.

Em 28 de julho de 1896, afetado pela crise política e por motivos de saúde, o então presidente Coronel Valadão, líder dos Pebas e da dissidência oligárquica, renunciou ao cargo. Então, quem assumiu pela segunda vez o governo do Estado foi o presidente da Assembleia Legislativa e vigário de Gararu, o padre Antônio Leonardo da Silveira Dantas. Sobre esse fato, o próprio Coronel Valadão em ofício ao Tesouro do Estado anunciou sua decisão e a mudança nos rumos do governo do Estado: “Por motivo de moléstia, resignei nesta data o cargo de presidente deste Estado, passando o exercício de suas funções ao presidente da assembléa legislativa, de conformidade com o preceito constitucional”<sup>24</sup>. Mesmo buscando contornar a crise política, o padre Leonardo Dantas foi deposto do cargo por uma revolta no Corpo Policial ocorrida em setembro de 1896, mas logo voltou à presidência do Estado por ordem do presidente da República Prudente de Moraes.

O noticiário publicado no Diário Oficial do dia 02 de julho de 1896 já determinava como seriam organizadas as mesas eleitorais referentes às eleições estaduais previstas para os dias 18 e 30 de julho daquele ano. Uma circular emitida em 20 de junho de 1896 pelo Secretário do governo do Estado de Sergipe, Brício Cardoso, aos presidentes dos conselhos municipais, anunciava que só estariam aptos a votar os eleitores incluídos em alistamentos anteriores ao federal feitos no mês de abril de 1896. Durante o período de preparação do pleito eleitoral, a Imprensa Oficial, a mando do juiz, publicou os editais convidando os cidadãos a requererem por escrito o seu alistamento, como se pode verificar no trecho seguinte:

O presidente da 2ª secção para o alistamento eleitoral, declara que vae ter lugar o alistamento dos eleitores federaes, e que são convidados os cidadãos que se acharem nas condições da lei, e que quizerem inscrever, a apresentarem perante a comissão os seus requerimentos devidamente instruídos, até o dia 21 de maio próximo futuro.<sup>25</sup>

Ao término do alistamento eleitoral, o presidente do conselho municipal foi o responsável por fazer a divisão de cada município em sessões convenientes e numeradas.

---

<sup>24</sup>Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, 07 de agosto de 1896, nº, 266, p. 03.

<sup>25</sup>Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, 30 de abril de 1896, nº189, p. 06.

Dessa forma, para que o cidadão pudesse ser qualificado e posteriormente alistado eleitor, deveria provar principalmente que possuía a idade de 21 anos e que sabia ler e escrever. Segundo a legislação estadual em vigor no período, não poderiam ser alistados eleitores os analfabetos, os mendigos e os estrangeiros, mas com exceções. Nenhum cidadão poderia ser alistado fora do município onde residia (seis meses no mínimo) e, além disso, era imprescindível que o cidadão tivesse domicílio no Estado.

Para investidura nos cargos de presidente e de vice-presidente do Estado, também se fazia necessário obedecer a algumas condições: ser brasileiro, maior de 25 anos, estar na posse dos direitos políticos e ser residente no Estado pelo menos durante os dois anos anteriores à eleição. Os candidatos seriam eleitos simultaneamente por sufrágio direto e maioria absoluta de votos, sendo que cada eleitor votaria em dois nomes. O Diário Oficial noticiou diariamente os fatos que envolveram a escolha do candidato à presidência pelo Partido Republicano Federal. Na seção “Política Republicana”, encontramos um anúncio sobre a convocação para a reunião do referido partido:

Para tratar-se de assumpto importante, relativo à eleição presidencial, haverá nesta capital, no dia 8 de julho vindouro, uma reunião dos amigos da situação, directores da política dos municípios, que para isto são convidados. As deliberações serão tomadas, qualquer que seja o numero dos presentes. E’ candidato do partido republicano federal na eleição que deve effectuar-se no dia 18 de julho próximo para um deputado estadual o padre Manoel Luiz da Fonseca, vigário do Riachão.<sup>26</sup>

Foram distribuídas 43 cédulas em que votaram todos os delegados dos municípios presentes e os representantes daqueles que não puderam comparecer à reunião presidida por Gonçalo de Faro Rollemberg, que aconteceu no dia 8 de julho de 1896 às 7 horas da noite. Estiveram presentes pessoas influentes como o Padre Leonardo da Silveira Dantas e o Coronel Simeão Telles de Menezes Sobral. Depois da apuração, para o cargo de presidente do Estado, venceu o jurista Martinho Garcez, que obteve 43 votos e para o cargo de vice-presidente, o escolhido foi Pereira Lobo, que obteve 42 votos. Em último lugar ficou o Dr. Heracyto, que recebeu apenas um voto.

---

<sup>26</sup>Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, 1º de julho de 1896, p. 06.

O anúncio da escolha dos candidatos do Partido Republicano Federal foi feito no dia seguinte: “Na reunião de ontem effectuada pelos delegados ao congresso e membros da comissão executiva do partido republicano federal, foram por escrutínio previo proclamados candidatos do mesmo partido a presidencia e vice-presidencia deste Estado, os srs. Dr. Martinho Cezar da Silveira Garcez e engenheiro capitão José Joaquim Pereira Lobo, e para deputado estadual o padre Manoel Luiz da Fonseca. (...)”<sup>27</sup> Também na edição do dia 09 de julho, o diário vespertino *A Notícia* publicou uma matéria que tratava da reunião ocorrida no dia anterior: “A reunião foi muito concorrida, o que veio demonstrar a pujança e a disciplina do partido republicano federal de quem muito tem a esperar o Estado de Sergipe e a Republica pelo patriotismo de que tem dado arrhas o mesmo partido.”<sup>28</sup>

Como se vê, as candidaturas de Martinho Garcez, Pereira Lobo e do vigário do Riachão, Padre Manoel Luiz da Fonseca, candidato a deputado, foram divulgadas pela imprensa. Para a sociedade sergipana, sem dúvida, a escolha desses homens ilustres foi a mais acertada, já que “Nesse tempo em que as instituições republicanas se acham ameaçadas pelos adversários do regimem, seria um crime escolher para os elevados postos de que nos occupamos indivíduos que não reunam as qualidades indispensáveis (...)”<sup>29</sup> Além de serem esforçados defensores da República, estes deveriam ter qualidades que eram necessárias para dirigir os negócios com critério, ilustração e nobreza de caráter.

Advogado e residente no Rio de Janeiro, Martinho Garcez nasceu em 30 de novembro de 1850 na Cidade de Laranjeiras, província de Sergipe. Martinho veio de uma família numerosa e era filho do desembargador Manoel de Freitas Garcez e de D. Clara Julia da Silveira Garcez. Ainda jovem, foi enviado ao Rio de Janeiro para estudar no Colégio Santo Antonio e, mais tarde, foi para a província pernambucana onde graduou-se em Direito no ano de 1872. Em 1873, Martinho voltou a Sergipe e logo foi nomeado promotor público de Laranjeiras e, em seguida, eleito e reeleito deputado provincial nos biênios de 1874-1875 e 1876-1877.

---

<sup>27</sup>Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, 9 de julho de 1896, p. 02.

<sup>28</sup>Jornal A Notícia, Aracaju, 9 de julho de 1896, nº 100, p. 01.

<sup>29</sup>Jornal A Notícia, Aracaju, 10 de julho de 1896, nº 101, p. 01.

Com uma carreira jurídica bem sucedida e um grande prestígio intelectual, em 1875 também foi nomeado juiz municipal de Lagarto, mas solicitou remoção para o termo de Juiz de Fora, em Minas Gerais. No ano de 1885, período marcado pela efervescência dos debates em torno da abolição, Martinho foi diplomado deputado geral e em 1889, ano da Proclamação da República, estabeleceu-se definitivamente no Rio de Janeiro. Já residindo na capital federal, continuou a advogar e deu início à sua brilhante vida jornalística, pois comprou o jornal *O Dia* “para encher-o com todo o calor do ser enérgico estylo e toda a claridade do seu espírito, profusamente iluminado pela jurisprudência e pelos primores da litteratura classica.”<sup>30</sup>

Defensor convicto do abolicionismo, da República e do federalismo, foi autor de artigos que contemplaram várias áreas. Em 1894, deixou a redação do jornal *A Cidade do Rio* e fundou o *Correio da Tarde*, do qual desligou-se em meados de 1895. Outro fato interessante que comprova a sua estreita ligação com a imprensa, é que o bacharel também colaborou com o jornal laranjeirense *O Observador* (1851-1853). Ligado aos “Pebas”, Martinho Garcez sempre apoiou o Coronel Oliveira Valadão, ou seja, esteve ligado ao grupo Valdonista. Também foi autor de trabalhos de reconhecimento nacional como a obra “Nulidades dos atos jurídicos”, que foi premiada pela Ordem dos Advogados.

Voltando a falar das eleições de 1896, através da leitura das páginas do Diário percebeu-se também que havia uma preocupação sobre a segurança do processo eleitoral no que diz respeito à perturbação da ordem pública. Assim, foi publicado no Diário Oficial um ofício de 27 de junho de 1896, o qual seria encaminhado ao chefe de polícia:

(...) é pensamento deste governo e seu principal empenho, que os eleitos o sejam legitimamente pelo suffragio popular, fazendo-se notar a liberdade do voto em toda a sua plenitude, de sorte que o resultado das urnas não possa ser inquinado da mais leve sombra de pressão ao eleitorado, ou cousa que com isso se pareça. (...).<sup>31</sup>

Em outro periódico aracajuano também foi ressaltada a importância das eleições para o sistema republicano: “E o eleitorado independente, inspirado pelos princípios sagrados da

---

<sup>30</sup>Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, 26 de julho de 1896, nº 256, p. 02.

<sup>31</sup>Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, 05 de julho de 1896, nº 239, p. 02.

mais pura democracia correrá presuroso para sufragar o nome escolhido pelo partido republicano federal de Sergipe.”<sup>32</sup> Em manifesto direcionado ao Estado de Sergipe cinco dias antes da eleição estadual, o advogado Martinho César da Silveira Garcez, candidato à presidência do Estado pelo partido republicano, deu ênfase à importância da “transparência” eleitoral:

Em relação ao voto, que é o alicerce poderoso do regimen republicano, a minha política será a do mais absoluto, mais sincero e mais intransigente respeito a liberdade do eleitor. Seria um dia de deshonra na minha vida aquelle que pela violencia, pela ameaça, pela fraude, ou pela corrupção, conspurcasse a soberania das urnas ou a vontade do cidadão, não só porque como republicano quero ver a republica forte, nobre, feliz e invencível pelo respeito e amor do povo, como porque venho de uma lueta de muitos annos pela imprensa em prol do direito, da liberdade e da justiça.<sup>33</sup>

O candidato foi categórico ao afirmar que a República Federativa “ainda não se fez em Sergipe” por causa da demasiada desorganização do serviço público. Nas palavras de Martinho Garcez, Sergipe ainda estava inacessível ao regime republicano, pois no Estado dominava a paralisia cívica e a preguiça intelectual. Proferiu também, que sua administração objetivava promover o desenvolvimento intelectual e industrial, além de desenvolver o progresso moral e material de Sergipe. No final do manifesto, o candidato a presidente de Estado ainda colocou algumas de suas propostas se caso saísse vencedor do processo eleitoral:

O que, sinceramente, desejo é: organizar os serviços públicos que carecem ser organizados; prestigiar a justiça e a instrução publica, elevando o nível desta e tomando aquella independente e sobranceira ás paixões políticas; iniciar o serviço de colonisação e perfeita localisação de immigrants; crear o credito real no Estado para dar expansão à lavoura; impulsionar o commercio directo com o estrangeiro; levar a effeito a construcção da estrada de ferro da capital à Simão Dias; impulsionar a navegação dos nossos rios; auxiliar lavouras ou industrias novas; sanificar a capital do Estado, dando-lhe pelo menos água,esgotos e iluminação.<sup>34</sup>

---

<sup>32</sup>Jornal A Notícia, Aracaju, 30 de julho de 1896, nº 117, p. 01.

<sup>33</sup>Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, 25 de julho de 1896, nº 255, p. 02.

<sup>34</sup>Idem, p. 03.

O jornal *A Notícia* (1896-1898) também fez questão de pedir votos aos seus leitores, demonstrando assim, o apoio que dava ao candidato do Partido Republicano Federal. No texto, além da minuciosa descrição das qualidades do brilhante jurista, esperava-se que o novo presidente “seguisse ou imitasse” o mesmo espírito do governo patriótico de Oliveira Valadão e que contribuísse para o engrandecimento da atividade intelectual e do progresso em Sergipe através do trabalho.

Dessa forma, no dia 30 de julho de 1896 foram realizadas as eleições e os principais candidatos à presidência do Estado eram Martinho Garcez e do outro lado, Davinio Nomísio de Aquino. Para ocupar o posto de vice-presidente concorriam o oficial do exército Joaquim Pereira Lobo e Manoel Batista Itajaí. Sobre o dia da votação, publicou-se o seguinte anúncio no Diário Oficial: “Correu pacificamente em todos os collegios a eleição que a 30 do mez findo se procedeu em todo o Estado para os cargos de presidente, vice-presidente e juiz de paz. Nenhum incidente veio perturbar a ordem publica, o que muito abona a indole do nosso povo.”<sup>35</sup>

A notícia da eleição em Sergipe também foi manchete em outros Estados da federação, como a Bahia. O periódico baiano *O Jornal de Notícias* anunciou a realização das eleições, enaltecendo o sentimento republicano e o desenvolvimento material ao tratar do pequeno Estado vizinho: “Sergipe, a bella região esquecida sempre dos governos do imperio, tem, na uberdade do seu solo e no espírito generoso dos seus filhos, recursos excellentes de engrandecimento, que apenas necessitam de patriotica orientação (...)”.<sup>36</sup>

Nos dias posteriores ao pleito, foram divulgados no Diário Oficial os números da apuração dos votos dos principais colégios eleitorais do Estado: Aracaju, São Cristóvão, Laranjeiras, Itaporanga, Rosário, Maruim, Capela, Santo Amaro, Japarutuba, Riachuelo, Estância, Propriá, Gararu e Socorro. Contabilizando os votos para presidente, Martinho Garcez obteve 3.097 votos, Davino Nomísio 154 votos, Geminiano Brazil 20 votos, Sebastião Andrade 14 votos e em último lugar, ficou Ascendino Reis com apenas 10 votos. Nas seções localizadas na capital, Aracaju, Martinho Garcez recebeu a grande maioria dos votos e cada

---

<sup>35</sup>Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, 1º de agosto de 1896, nº 261, p. 02.

<sup>36</sup>Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, 12 de agosto de 1896, nº 270, p. 04.

vez mais se aproximava do triunfo. À medida que os votos eram anunciados, a vantagem de Martinho aumentava sobre os demais, pois após a apuração em 20 colégios eleitorais, o número de votos do referido candidato subiu para 4.211. Sobre a possível vitória dos republicanos, dizia o jornal *A Notícia*: “Os adversarios da situação, concorreram nas mezas legaes em Laranjeiras e Estancia segundo telegrammas que recebemos, onde foram derrotados estrondosamente.”<sup>37</sup>

Já para o cargo de vice-presidente, os números comprovaram a vitória esmagadora do estimado capitão Pereira Lobo, genro do Coronel Oliveira Valadão, que recebeu 3.043 votos. Em segundo lugar, ficou o candidato Manoel Batista Itajaí com 154 votos, seguido por Apulcro Mota com 41 votos e, finalmente, apareceu o Coronel Fausto Botto com 14 votos. Porém, o resultado gerou descontentamentos e ameaças uma vez que “a eleição de Martinho Garcez não impede a gritaria dos insatisfeitos e ressentidos, que proclamam a eleição do Presidente Davino Nomísio de Aquino, concorrente e do seu vice, Manoel Batista Itajaí. Fala-se, novamente, em duplicata, Sergipe com dois presidentes e dois Vices.”<sup>38</sup> Depois de tantas discussões, Davino Nomísio desistiu de questionar a eleição de Martinho Garcez. O clima causado pelo resultado das eleições era de euforia pela vitória de Martinho Garcez e a imprensa oficial, apoiadora da situação, encarregou-se de noticiar o acontecimento:

A cidade hontem esteve em festa ao saber-se do triumpho obtido pelos ilustres drs. Martinho Garcez e Pereira Lobo, candidatos do partido republicano federal, no ultimo pleito eleitoral. A musica do 1º corpo de Segurança percorreu diversas ruas, tocando à porta deste Diário e da Gazeta de Sergipe. Os mesmos edifícios deitaram iluminação. Sabemos que em todas as localidades do interior reina em grande entusiasmo e muitas festas populares por este facto.<sup>39</sup>

O triunfo dos republicanos e dos “pebas” representados pela eleição de Garcez, também foi reconhecido por diversas autoridades do Partido Republicano Federal. Nos dias posteriores ao resultado das eleições presidenciais, telegramas oficiais oriundos de várias partes do Brasil como Fortaleza, Curitiba e Vitória foram recebidos pelo presidente do Estado

<sup>37</sup>Jornal A Notícia, Aracaju, 31 de julho de 1896, nº 118, p. 01.

<sup>38</sup>FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História Política de Sergipe...*, op. cit., p. 246.

<sup>39</sup>Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, 2 de agosto de 1896, nº 262, p. 02.

em exercício, o Padre Leonardo Dantas. Dentre os mais simples e os mais complexos, podemos destacar um telegrama proveniente do Rio de Janeiro que foi transcrito nas páginas do Diário: “Penhorado às provas vosso dedicado amor nossa causa política, que é a do progresso e engrandecimento Sergipe, rogo-vos serdes interprete meus sentimentos eterno reconhecimento ao bravo e generoso eleitorado de nosso querido torrão natal.”<sup>40</sup> Mais simplório que o citado anteriormente foi o telegrama enviado por Firpo Junior: “Parabéns pela victoria partido. Abraço-o.”<sup>41</sup> Mesmo eleito, Martinho Garcez não escapou das críticas virulentas que partiram do grupo de oposição liderado pelo deputado Olímpio Campos e, para rebatê-las, mesmo residindo na capital federal, Garcez escreveu artigos “brilhantes” que foram publicados no Diário Oficial.

Desse modo, o novo presidente do Estado, escolhido em julho de 1896 para ser o sucessor do honrado Oliveira Valadão, tomou posse do cargo em 24 de outubro de 1896. Segundo relatos de época, tal solenidade aconteceu em um sábado às 13h00min diante da Assembleia Legislativa do Estado e, logo em seguida, às 17h00min, o presidente e o vice foram acompanhados por uma comissão de deputados até o Palácio do Governo. Na mesa da presidência cumpriram alguns compromissos da lei e depois participaram de um banquete político com direito a “cívicos brindes” regados a champanhe.

No final da cerimônia, depois de executado o hino nacional pela banda do corpo policial e do 26º batalhão de infantaria, o empossado Martinho Garcez bastante emocionado, discursou para os presentes e ao terminar foi saudado com aplausos calorosos. Dando “vivas” ao chefe do partido republicano federal, Oliveira Valadão, vários políticos influentes também tomaram a palavra, como o padre Leonardo Dantas que leu o relatório referente ao tempo em que esteve na presidência da Assembleia Legislativa e o jornalista sergipano Ananias de Azevedo. No Palácio, às 21h00min, toda a elite sergipana pôde desfrutar de um baile que só terminou às 4h00min da manhã.

A Praça Fausto Cardoso, ou praça do governador para a época, estava iluminada, repleta de pessoas que confiavam no patriotismo do novo governo e de foguetes que subiam

---

<sup>40</sup>Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, 04 de agosto de 1896, nº 263, p. 01.

<sup>41</sup>Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, 05 de agosto de 1896, nº 264, p. 01.

ao céu. O clima era de festa, pois “As ruas da cidade estiveram enfeitadas de arcos, galhardetes e todas as repartições do Estado içaram no topo de seus mastros a bandeira estrellada da Republica, em homenagem ao novo governo republicano do Estado.”<sup>42</sup> Para cobrir a ocasião, a imprensa também se fez presente através dos representantes dos seguintes periódicos: Diário Oficial, Gazeta de Notícias, O Paiz e Notícia.

Depois de se tornar oficialmente o gestor de Sergipe, Martinho Garcez recebeu vários telegramas vindos de outros Estados e de vários municípios sergipanos que o congratulavam e desejavam o sucesso do novo governo: “Fazemos votos para que a administração de v. ex. seja para o novo Estado, o que com bons fundamentos esperamos: Uma administração de paz e progresso.”<sup>43</sup>

### **Considerações finais**

Escrever a História a partir da imprensa, desde que se faça o uso desse tipo de fonte primária com prudência, possibilita ao pesquisador traçar um panorama sobre os múltiplos aspectos da vida social, política, econômica e cultural. Em síntese, a proposta deste artigo foi mostrar de que maneira, o Diário Oficial do Estado de Sergipe participou do pleito eleitoral realizado no ano de 1896. Por isso, tratou-se a imprensa oficial do início da República como fomentadora de um ideário nacionalista e que agiu em prol da consolidação do novo regime, instaurado em 15 de Novembro de 1889.

Levando em consideração que este periódico era lido por uma pequena parcela letrada da população sergipana, foi discutida ao longo do texto a ação do Diário em dois momentos distintos: o primeiro, que corresponde à movimentação das forças políticas durante a fase que antecedeu as eleições e o segundo, referente ao período marcado pela repercussão do resultado da votação. Dessa maneira, este órgão oficial tornou-se o porta-voz dos interesses da classe dominante e do partido republicano em Sergipe, justamente numa fase de acirrada disputa política entre “pebas” e cabaús”.

<sup>42</sup>Jornal A Notícia, Aracaju, 26 de Outubro de 1896, nº 187, p. 01.

<sup>43</sup>Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, 1º de novembro de 1896, nº 335, p. 03.

Durante o a construção deste trabalho, também foram consultadas algumas edições do jornal sergipano “A Notícia” (1896-1898), que apoiou a candidatura de Martinho Garcez pelo Partido Republicano. Ademais, a leitura atenta das páginas do Diário Oficial, que foi criado em 1895, também nos leva a perceber como os acontecimentos políticos nacionais reverberavam em Sergipe durante os primeiros anos de instabilidade do governo republicano.

## Jornais

### A Notícia

Jornal A Notícia, 07 de abril de 1896.

Jornal A Notícia, Aracaju, 30 de julho de 1896, nº 117.

Jornal A Notícia, Aracaju, 31 de julho de 1896, nº 118.

Jornal A Notícia, Aracaju, 26 de Outubro de 1896, nº 187.

### Diário Oficial do Estado de Sergipe

Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, 1º de Setembro de 1895, nº 01.

Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, 15 de abril de 1896.

Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, 30 de abril de 1896, nº 189.

Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, 1º de julho de 1896.

Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, 05 de julho de 1896.

Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, 25 de julho de 1896, nº 255.

Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, 26 de julho de 1896, nº 256.

Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, 1º de agosto de 1896, nº 261.

Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, 2 de agosto de 1896, nº 262.

Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, 04 de agosto de 1896, nº 263.

Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, 05 de agosto de 1896, nº 264.

Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, 07 de agosto de 1896, nº, 266.

Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, 12 de agosto de 1896, nº 270.

Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, 1º de novembro de 1896, nº 335.

## Referências bibliográficas

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. Os três povos da República. *Revista USP*, São Paulo, nº 59, setembro/novembro 2003.

CARONE, Edgar. *A República Velha II – Evolução Política (1889-1930)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977.

CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

CHARTIER, Roger. “Por uma sociologia histórica das práticas culturais”. In: *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel-Bertrand, 1990.

DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano, Vol. 1: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes; GOMES, Ângela Maria de Castro. Primeira República: um balanço historiográfico. *Revista Estudos Históricos*. pp. 245-280, v. 2, n. 4, 1989.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História Política de Sergipe (do Golpe de 15-11-1889 ao Golpe de 31-3-1964)*. 1º Volume, 1986.

GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Biobibliográfico Sergipano*. Edição do Estado de Sergipe, 2003.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de. (Organizadoras). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II (1840-1889)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Aracaju: Banco do Estado de Sergipe, 2006.

OLIVA, Terezinha Alves. Estruturas de Poder. In: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (Coord.) *Textos para a História de Sergipe*. 2. ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

PENNA, Lincoln de Abreu. *República Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: CARDOSO, Fernando Henrique et al. *O Brasil republicano, tomo III: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

SKIDMORE, Thomas E. *Uma História do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.